



O papel do Turismo na Requalificação do Pelourinho

Autora: Paula Marques Braga, mestranda em Urbanismo, bolsista Capes

Orientador: Professor Doutor Wilson Ribeiro dos Santos Júnior

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Endereço eletrônico: pmarquesbraga@yahoo.com.br

I. Objetivos

O estudo do projeto de revitalização do Pelourinho - Salvador (BA) - faz parte da pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo junto à Pontifícia Universidade Católica de Campinas e que tem por objetivo buscar, através da análise dos resultados obtidos e da nova fase em que se encontra a área, novos caminhos possíveis para esse tipo de intervenção urbana.

II. Metodologia

Por um lado, diversos trabalhos já realizados sobre o Pelourinho e seu projeto de requalificação denunciam seus resultados negativos, o processo de “*gentrification*”. De outro, há trabalhos que indicam que as festas e tradições se mantiveram no local.

As pesquisas bibliográfica e documental, utilizadas na primeira fase da pesquisa, permitem resgatar o histórico do processo de intervenção realizado e as discussões que surgiram a partir de sua implementação.

As visitas a campo permitem uma aproximação maior com o objeto de estudo e a compreensão de sua dinâmica atual.

III. Pelourinho

O Centro histórico de Salvador, cujas edificações encontravam-se em avançado estado de degradação, ao ser tombado como Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 1985, voltou a chamar a atenção e passou a ser alvo de diversos projetos de reabilitação, sobretudo a partir dos anos 90.



Fig. 1. Uma das ruas que compõe o Pelourinho. Ao lado esquerdo, a Fundação Casa de Jorge Amado.

Imagem: Raquel Marques Braga, junho/2004

O grande potencial turístico do Pelourinho para a cidade de Salvador fez com que o Governo, no ano de 1991, lançasse uma Carta de Referência com objetivos que visavam a reabilitação física e restauro da área valorizando, sobretudo, a atividade econômica, com o objetivo explícito de transformá-lo em pólo de atração turística.

A expectativa em relação à recuperação do Pelourinho era de que ela pudesse gerar uma valorização dos imóveis e com isso possibilitar o retorno dos investimentos públicos (Botelho, 2005, pg 53-71) e consolidar o turismo cultural na área.

Este ideal de intervenção no Centro Histórico de Salvador, voltado ao turismo, é resultado de um processo que teve início no ano de 1969, quando é elaborado o primeiro



projeto que visava à revalorização de seu patrimônio para fins turísticos, o Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho (Gottschall e Santana, 2006, pg 81).

Este conceito de intervenção foi desenvolvido com base em uma proposta da Unesco que, a partir das Normas de Quito¹, colocava o turismo cultural como o meio através do qual seria possível reverter a degradação das áreas históricas da América Latina (Gottschall e Santana, 2006, pg 81). Foi esta a visão que perdurou e se tornou base para o novo plano, de 1991.

Dentre as estratégias de intervenção adotadas para a recuperação da área estavam as obras de restauro, recuperação estrutural, reconstrução e conservação dos edifícios, a partir do zoneamento dos quarteirões, saneamento básico e cadastramento dos habitantes. As unidades de intervenção eram os quarteirões e não apenas as edificações isoladas nos lotes.

Para que este trabalho fosse possível, o financiamento público, nacional e internacional², das obras dar-se-ia através de venda, desapropriação, pagamento de indenização, concessão de usufruto (de 5 a 10 anos) e troca (de imóvel ou área construída).

O cadastramento dos habitantes da área revelou uma população de 4 mil pessoas, das quais apenas 0,2% eram proprietários (a maior parte dos moradores não tinham direitos sobre os imóveis devido às condições irregulares de sublocação).

Dentre as propostas apresentadas a esta população (indenização, transferência definitiva com pagamento de aluguel e transferência provisória), 85%, de acordo com o acompanhamento da Unesco, optou pela indenização (Freitag, publicação no *Correio Brasiliense*).

A maioria dos moradores aceitou a remoção devido às precárias condições dos imóveis. Das 1674 famílias, apenas 103 optaram por permanecer na área, iniciando um movimento contra a política de desocupação, resultando na criação da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) e na instauração de uma Ação Civil

¹ Carta Patrimonial de 1967. Diz respeito ao reconhecimento do patrimônio cultural como um valor econômico para as cidades da América Latina, destinado a cumprir função social, abrangendo os interesses públicos e em benefício da nação através do turismo. Para leitura das *Normas de Quito* na íntegra, consultar IPHAN (1995, pg 105-122).

² As instituições envolvidas no Projeto de Requalificação do Pelourinho são o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador e a Prefeitura da cidade. Estão ainda envolvidos diretamente com o projeto o Governo do Estado da Bahia, os proprietários dos imóveis, as organizações culturais e sociais e os proprietários de negócios na área. O projeto foi ainda apoiado pelo IPHAN e BNDES.



pública contra o Governo do Estado da Bahia e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder) junto ao Ministério Público (Cantarino, *Revista do IPHAN*).

As novas atividades implantadas no início do projeto foram subsidiadas pelo Estado da Bahia através de aluguéis reduzidos, manutenção de imóveis sem custo ao proprietário e financiamento de um programa de animação do espaço público com shows gratuitos. A área recebeu também um policiamento diferenciado do restante da cidade.

Os objetivos iniciais a serem alcançados seriam a recuperação dos espaços públicos e dos imóveis, aumento da oferta de estacionamentos, melhoria da infra-estrutura (redes de água, esgoto, energia, telefone e combate a incêndios) e a recuperação de monumentos históricos e demais edificações de valor patrimonial.

A primeira fase do projeto, que durou de 1992 a 1995, foi executada em quatro etapas. A idéia de transformar a área em um “shopping ao ar livre”, como área exclusiva de comércio e serviços, chamou atenção em um primeiro momento, mas não se viabilizou economicamente. A saída da comunidade residente para a periferia fez com a autenticidade cultural da área ficasse abalada (Gottschall e Santana, 2006, pg. 86).

A segunda fase, realizada entre os anos de 1996 e 1999, foi dividida em mais 3 etapas e teve por característica uma maior cautela do Estado em implantar as intervenções e a busca de financiamento externo. Foram realizadas obras complementares (estacionamentos), proteção de monumentos e recuperação de edifícios históricos.

A sétima etapa (terceira da segunda fase) de revitalização do centro é caracterizada por uma alteração da concepção do programa (Gottschall e Santana, 2006, pg. 90), através da recuperação de imóveis para habitação. Foi garantida a permanência das 103 famílias que restaram no local e o seu remanejamento, dentro do próprio centro histórico durante o período de restauro dos imóveis.

Projetos dessa natureza provocam reações divergentes. É certo que os centros históricos de nossas cidades devem ser preservados e reinseridos na dinâmica urbana e que o destino turístico poderá ser o caminho natural para muitos deles.

Por outro lado, da forma como são executados, esses projetos acabam por surtir efeito contrário, sendo o mais evidente a expulsão da população local residente, o que acarreta, em última instância, na perda das características culturais particulares que se alega querer preservar.



A cidade deixa de refletir seu significado social para dar lugar à valorização da imagem, criando um ambiente artificial, um cenário. O patrimônio arquitetônico e cultural, que em sua origem tem a função de proporcionar ao seu visitante saber e conhecimento, se transforma em produto cultural, a ser consumido, processo resultado de uma “indústria cultural”, que restringe o valor do bem patrimonial ao valor econômico (Choay, 2001, pg 211).

A falta de atenção à manutenção da autenticidade do local na tentativa de esconder os problemas e diferenças sociais para agradar ao turista é contraditória, já que os objetivos turísticos são justificados pelo aspecto particular da cultura local. A forma de intervenção que caracterizou as 6 primeiras etapas evidencia os equívocos dos conceitos adotados e agravam os problemas do Centro Histórico.

A demora na conclusão do projeto de revitalização do Pelourinho permitiu que, ao longo do caminho, as práticas adotadas fossem reavaliadas e novos caminhos propostos. Quando o projeto de revitalização da área foi inaugurado, o Pelourinho recebeu um grande número de visitantes. Porém, passado este momento inicial, a visitação à área começou a decair. Hoje, o Pelourinho encontra-se novamente em uma situação crítica, pois o turismo por si só não se mostrou capaz de sustentar a área e hoje muitos comerciantes estão fechando seus estabelecimentos.

É necessário neste momento lançar um novo olhar sobre os processos adotados para a preservação, ampliando seu campo de atuação para além da requalificação dos espaços públicos e restauro de edifícios para fins turísticos e comerciais e trazendo à pauta também a participação dos diversos setores sociais envolvidos, tanto na elaboração dos projetos quanto na forma de convivência com esse espaço após a intervenção.

É preciso rever esses conceitos que norteiam os processos de intervenção em centros históricos. A busca por atrair o turista faz com que se reproduza em áreas diversas do mundo, cenários semelhantes, que nada têm a oferecer de novo ao visitante e nem mesmo contribuem para a melhoria da vida de seus cidadãos.

IV. Principais referências bibliográficas

Artigo de Revista



BOTELHO, Tarcísio R. (agosto/2005). Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. Revista Eure (Vol XXXI, n 93), pp 53-71, Santiago de Chile.

Artigo em Página Web

CANTARINO, Carolina. Monumenta muda pelos moradores dos centros. IPHAN <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=103> (Consulta 16/02/2007)

FREITAG, Bárbara (18/12/2005). O Pelourinho: Centro Histórico de Salvador. Correio Brasiliense <http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/Artigos/pelourinho.htm> (Consulta 16/02/2007)

Capítulo de livro editado

RUBINO, S. (2003) “Gentrification” – Notas sobre um conceito incômodo. In Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro, BENFATTI, D.; SCHCCHI, M. C. (Org.). pg 287-296. Campinas; Puc-Campinas/PROURB, 2003.

Livros

CHOAY, F. – A alegoria do patrimônio. São Paulo; Estação Liberdade, Unesp, 2001.

GOTTSCHALL, C., SANTANA, M.(Org) – Centro da Cultura de Salvador. Salvador; EDUFBA 2006.

IPHAN – Cartas Patrimoniais. Brasília; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura, Brasil, 1995.

VARGAS, H., CASTILHO, A. – Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados. Barueri; Editora Manole Ltda, 2006.